

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DISCIPLINA PRÁTICA DE PESQUISA

**SOB O OLHAR ATENTO DA ÁGUIA: A MODERNIDADE NOS
TEMPOS DE GRACCHO CARDOSO**

São Cristóvão/ SE

Outubro 2018

DIANA REGINA SOUZA SANTOS

**SOB O OLHAR ATENTO DA ÁGUIA: A MODERNIDADE NOS
TEMPOS DE GRACCHO CARDOSO**

Artigo apresentado á disciplina prática
Pesquisa como requisito parcial á conclusão
do curso de História Licenciatura do Centro
de Educação e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora professora Dr.^a: Edna Maria
Matos Antonio.

São Cristóvão/ SE
Outubro 2018

SOB O OLHAR ATENTO DA ÁGUIA: A MODERNIDADE NOS TEMPOS DE GRACCHO CARDOSO

DIANA REGINA SOUZA SANTOS¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo de estudo histórico analisar as transformações de Sergipe e a política educacional na administração de Graccho Cardoso (1922-1926). O estudo destaca a atuação administrativa do então presidente do estado de Sergipe, suas reformas nos campos da economia, da estrutura administrativa e educacional (inovações no ensino primário e superior no estado), e sua gestão voltada para o desenvolvimento da sociedade sergipana. Tomamos como base para esse estudo as mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa de Sergipe, leis e decretos do período entre 1922 e 1926, a fim de compreender como se deu a modernização do estado nesse período.

Palavras-chaves: Modernidade; reforma educacional; sociedade sergipana

1-INTRODUÇÃO

Pensar no projeto da modernidade no Brasil nas primeiras décadas do século XX, ou seja, em que medida os políticos da Primeira República se apropriaram daqueles ideais, requer que recuperemos brevemente o que se entende por projeto de modernidade. Com a virada do século XIX para o XX, diversas cidades brasileiras se preocuparam em acompanhar os avanços estruturais que ocorriam na Europa. Problemas com insalubridade e explosão demográfica preocupavam os principais governantes. Ações como reforma social, novas propostas de infraestrutura urbana e o combate às epidemias, exigiam um posicionamento concreto por parte desses administradores. Por meio de uma política de mudanças, os governantes demonstravam as suas crenças na implantação do moderno através da sua administração. Essa modernização materializar-se-ia através de reformas nas instituições e serviços públicos.

¹ Graduanda em História Licenciatura, pela Universidade Federal de Sergipe.
E-mail: dianaregina22@hotmail.com

A base orientadora das mudanças era a ciência, a racionalização e o controle dos processos por meio de especialistas, em uma demonstração da influência de ideais positivistas, tão presentes entre os intelectuais e governantes do período.

A partir disso, esse trabalho está dividido em 4 partes, sendo a primeira delas a introdução, a segunda parte trabalha a modernidade de Sergipe nos campos da infraestrutura pública, segurança pública e economia, a terceira as transformações no âmbito da instrução pública do estado e pôr fim a conclusão. As fontes utilizadas neste trabalho foram as 412 páginas das mensagens à Assembleia Legislativa do Estado, escritas por Graccho Cardoso no período que compreende seu mandato de 1922 a 1926, todas digitalizadas e pertencentes ao acervo digital da Biblioteca Nacional. O objetivo desse estudo é analisar como se deu a reforma estrutural de Sergipe, em meio ao ideário modernizador e compreender os desafios e obstáculos encontrados pela administração em sua gestão, para implantação da modernidade e progresso em Sergipe.

1.1- O POLÍTICO, O INTELECTUAL



Figura 1https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/15/GracchoCardoso_01.jpg

Em Sergipe na década de 20, se destacava a figura de Graccho Cardoso. Nascido na cidade de Estância-SE em 1874, filho de Brício Cardoso, um dos mais renomados educadores sergipanos, e de Mirena Cardoso. Vindo de uma família de intelectuais e políticos, seu avô Joaquim Maurício Cardoso foi um advogado, professor universitário e político, tendo sido interventor federal no estado do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo. Seu tio, Severiano Cardoso, um renomado professor e escritor sergipano. Seu primo, o professor José de Alencar Cardoso, fundador do Colégio Tobias Barreto e seu irmão o desembargador Hunald Santaflor Cardoso.

Mudou-se para o Rio de Janeiro para ingressar na Escola Militar da Praia Vermelha, e logo depois transferiu-se para a Escola Militar do Ceará. Fixou-se na mesma e em 1904 assume o cargo de auxiliar do presidente Nogueira Acioli² na Secretaria da Fazenda daquele estado. Foi eleito deputado Federal em 1906 onde permaneceu por dois mandatos. De volta a Sergipe, foi eleito deputado federal em 1921 e em seguida senador em 1922. Ainda em 1922 foi eleito presidente do estado, em um cenário tumultuado como mostra Luiz Antônio Barreto³:

Nenhum período de Governo, em toda a história de Sergipe, foi tão marcado por situações difíceis quanto o de Graccho Cardoso a frente da administração sergipana. O cenário nacional produzia fatos que repercutiam nos Estados, como o levante do 18 do Forte, em 1922 no Rio de Janeiro, a Revolução paulista, de 1924 e a Coluna Prestes, a partir de 1924, como desdobramento do movimento de São Paulo. O novo presidente do Estado, no entanto, anunciava um programa amplo de modernização, que serviu para consagrá-lo como administrador, pelo tempo a fora. (BARRETO, 2002, p. 20)

No ano da posse de Graccho Cardoso, Sergipe assistia as transformações ocorridas no âmbito educacional, cultural e econômico. Ao analisar o processo de implantação da reforma estrutural em sua gestão, nos deteremos a preocupação em particular com o ensino público. O então presidente do estado acreditava que o desenvolvimento de uma sociedade se dava através de uma educação de qualidade. Em Sergipe, a frente do executivo, Graccho Cardoso volta sua atenção tanto para área do ensino primário quanto para o ensino superior, visando a modernidade e o desenvolvimento educacional do estado.

2-A MODERNIDADE EM SERGIPE

² Antônio Pinto Nogueira Accioly (Icó, 11 de outubro de 1840 — Rio de Janeiro, 14 de abril de 1921) foi um político brasileiro, presidente e um dos mais influentes políticos do Ceará durante a República Velha. O oligarca governou o Ceará entre 1896 e 1912 com apoio do governo federal



Figura 2 Anônimo. Grupo Escolares "Dr. Manuel Luiz" [iconográfico], 1931. Aracaju, SE / Acervo FBN

O estado teve sua capital transferida de São Cristóvão para Aracaju em 17 de março de 1855, em decorrência da necessidade de melhorias no escoamento da sua produção açucareira. A nova cidade foi planejada e edificada por uma comissão de engenheiros que aos poucos a tornavam símbolo do progresso, do novo e do moderno, como queriam os senhores enriquecidos pelos negócios do açúcar. Dessa maneira, podemos afirmar que um processo modernizador estava em curso em Sergipe desde meados do século XIX.

Nas primeiras décadas do século XX, Sergipe está em pleno desenvolvimento. A preocupação era tornar Aracaju uma capital moderna e progressista, e a educação era o meio para efetivar esse feito. No entendimento das autoridades políticas do período, era necessário para um progresso da sociedade, educar em caráter de nacionalidade e preparar uma nova geração para o progresso. Com a República, Aracaju em especial, recebeu mais símbolos e os materializou nos seus espaços físicos, reforçando mais ainda suas funcionalidades e as sintonias com o país. Essa “nova fase” é retratada no interior do discurso modernizador presente nas Mensagens do Governo à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, trabalhadas neste artigo.

Segundo Maria Thetis Nunes⁴, com a deficiência da educação superior em Sergipe, às famílias com maior poder aquisitivo enviavam seus filhos para dar sequência aos estudos em outros Estados como, por exemplo, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais entre outros (NUNES, 1984, p.228). Esses estudantes estavam à procura dos cursos de Direito, Medicina, Odontologia, Farmácia e Escola Politécnica. O

deslocamento da juventude para pontos diferentes e diferenciados do país é facilitado pela inauguração da estrada de ferro em 1913.

A grande maioria desses estudantes formados, ao retornarem, passaram a fazer parte da administração da capital e do Estado, contribuindo para transformar a capital sergipana numa cidade moderna destacando-a das demais cidades do Estado e acompanhando as mudanças que se processavam em outras cidades do mundo e do próprio país. Procurando se integrar de forma mais intensiva nos problemas da sociedade aracajuana, parte de muitos intelectuais sergipanos começaram paulatinamente a ingressar nos diversos órgãos do Estado, ocupando, por exemplo, chefia da delegacia de polícia, direção de institutos, escolas, bibliotecas, setores de transportes, higienização, saúde entre outros órgãos governamentais. Esta nova juventude era influenciada pelos princípios positivistas de “ordem” e “progresso”. A partir do Iluminismo³, a maneira de conceber a organização social se modificou completamente.

Representante do Partido Conservador, Graccho Cardoso defendia reformas e mudanças que se tornaram alvo de contestação por reacionários, o que, por sua vez, não o impediu de executar um projeto político-administrativo progressista. Seu nome parecia agrupar o mais genuíno grupo republicano que atuavam na política sergipana com a liderança do General Oliveira Valadão. Após Valadão e seu genro Perreira Lobo, Graccho Cardoso é lançado, incitado pela experiência administrativa e parlamentar, aceita a indicação, proporcionando uma plataforma de candidato do Partido Republicano Conservador Sergipano, ao eleitorado do Estado.

Em seu governo, além de experiência e habilidade, o governante contou com um período de prosperidade econômica em Sergipe. O fato é que, para além da ligação com a oligarquia local e conivente com ditames do Governo Federal, Graccho Cardoso pôs em prática uma administração modernizadora em Sergipe.

2.1- AS TRANSFORMAÇÕES NA INFRAESTRUTURA PÚBLICA

³ Iluminismo foi um movimento intelectual que ocorreu na Europa do século XVIII, e teve sua maior expressão na França, palco de grande desenvolvimento da Ciência e da Filosofia. Além disso, teve grande influência no contexto cultural, social, político e espiritual em diversos países.

As mensagens de Graccho Cardoso a Assembleia Legislativa, nos revela sua preocupação com a infraestrutura de ruas e estradas da capital, que também sofreram mudanças importantes a partir de 1923. Iniciou-se a aplicação de 20,957⁶ metros quadrados de paralelepípedos sobre base de pedra britada nas ruas de tráfego pesado e o de macadame alcatroado nos bairros de residências da região central e áreas próximas a ela (8.664 m² na Rua Itabaiana, 1.193 m² na Rua de Pacatuba, 4.767 m² na Avenida Barão de Rio Branco, 2.271 m² na Avenida Ivo do Prado e 4.056 m² na Praça Fausto Cardoso).

Em Aracaju, na década de 20, diversas outras obras públicas foram realizadas, atendendo o ideal modernizador da administração. A criação do Instituto Parreiras Horta (1924), a construção da Penitenciária Modelo (1926), o prédio da Associação Comercial de Sergipe (1926), o Instituto de Química (1926). Assim como a criação de grupos escolares, na capital e no interior.

Em 1923, em Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe⁷, o então governador, anunciava os melhoramentos resultantes da lei relativa a construções particulares no perímetro urbano da cidade de Aracaju. Afirmava ainda que a referida lei contribuiu para dotar a cidade de habitações novas, projetadas com evidente gosto estético. Registra-se também, que a partir dessa lei, diversas desapropriações de residências mais humildes e também as que não se encaixavam no alinhamento exigido pelas normas urbanas, foram feitas na capital.

A administração reconhecia em suas mensagens, que tal feito, contribuiu para o fluxo da população mais pobre para áreas mais afastadas do centro da capital, como por exemplo o bairro Aribé⁸, que registrava naquela altura, grandes áreas sem nenhum saneamento e difíceis para moradia. Essa área formada por muitos sítios e pântanos e com difíceis condições de habitação, tornou-se refúgio da população empobrecida e revela ainda que o processo de modernização de Aracaju, teve um caráter de esquecimento do passado, mas não rompeu com certas práticas de manutenção das estruturas de poder.

⁴ SERGIPE. Mensagem [...] 1923, p 9

⁵ SERGIPE. Mensagem [...] 1923, p. 4

⁶ O nome Aribé significa frigideira de barro grande, usada na região do rio São Francisco e no seu entorno. O nome do bairro só foi modificado para Siqueira Campos nos anos 30.

É evidente também nos relatos à Assembleia Legislativa de Sergipe, que o governo estadual manteve assistência aos municípios de menor poder econômico. A preocupação com a ausência de mão de obra e a existência de uma grande quantidade de terras devolutas no interior do estado, fez com que Graccho Cardoso assinasse o decreto N° 818, de 4 de junho de 1923⁷, que instituiu o serviço de medições e demarcações de terras. O objetivo era promover a colonização estrangeira, oferecendo-lhes terras, bem assim, desenvolver o registro geral das propriedades pelo Estado. Graccho Cardoso acreditava na agricultura o fator de desenvolvimento do Brasil¹⁰, desde que fossem adotados os métodos científicos, a racionalização dos métodos e a pequena propriedade.

Na busca por soluções dos problemas com o abastecimento de água de Aracaju, e de obras de drenagem e sistema de esgoto, foi contratado em 1923, o engenheiro Dr. Saturnino de Brito¹¹ do Rio de Janeiro para planejar a reestruturação dos serviços de abastecimento de água de Aracaju. A fragilidade da usina de eletricidade construída em 1914 e a necessidade da construção de outras espalhadas pelo estado, era um fator reconhecido pelo governo. Partindo disso, a partir de 1924, outras usinas de eletricidade foram erguidas nas cidades de São Cristóvão, Capela, Nossa Senhora das Dores, Estância e Lagarto. Neste mesmo ano, Graccho Cardoso autorizava ainda o serviço de instalação dos serviços de iluminação elétrica em Estância, Lagarto e Nossa Senhora das Dores, além de determinar o remodelamento por completo do serviço de Capela.

Preocupado com as condições higiênicas da produção bovina do estado, em 1925 foi implantado o Matadouro Modelo de Aracaju. Localizado estrategicamente as margens da rodovia que ligava Aracaju a São Cristóvão, o matadouro contava com sistema de esgoto, veterinários permanentes e todo o transporte da carne era feito por veículos motorizados, algo que acelerava o processo de entrega e evitava maiores contatos com o meio. Os resíduos produzidos pelo matadouro, também eram destinados a produção industrial.

⁷ Decreto N° 818, de 4 de junho de 1923 que institui o serviço de demarcações e terras e prevenção das matas.

⁸ A economia brasileira, ao instalar-se a República, encontra-se plenamente integrada ao capitalismo internacional através da Divisão Internacional do Trabalho. O modelo agrário-exportador, abriu as portas do capital estrangeiro no Brasil. Com isso, nas primeiras décadas do século XX, o Brasil presenciou um salto desenvolvimentista.

⁹ Saturnino de Brito (Campos, 1864 — Pelotas, 1929) foi o engenheiro sanitarista brasileiro, que realizou alguns dos mais importantes estudos de saneamento básico e urbanismo em várias cidades do país, sendo considerado o "pioneiro da Engenharia Sanitária e Ambiental no Brasil".

A preocupação com a estrutura física das cidades, era assunto recorrente nas mensagens de Graccho Cardoso à Assembleia Legislativa de Sergipe. Até o primeiro semestre de 1925, o então presidente do estado, relatou que foram assentados 38.725 m² de paralelepípedos em todo Estado. Assim como 18.138 m² de obras de jardinagem na capital e no interior¹². Com o interesse na melhoria da comunicação entre os municípios, foi lançado sobre o decreto N° 904 de 1 de agosto de 1925¹³, a Inspetoria de Terra, Matas e Estradas que tinha como principais funções, administrar as terras públicas de domínio do Estado, o ordenamento da exploração das matas e regeneração destas, o levantamento de estudos, elaboração de projetos, a construção, a fiscalização e conserva das estradas do estado. Com isso, o patrimônio rodoviário de interligação dos municípios, foi aumentado em 23 quilômetros logo no segundo semestre de 1925.

Um outro fato que chama atenção na administração de Graccho Cardoso era sua constante intervenção nas administrações municipais. Um exemplo disso é sua mensagem de 1925¹⁴ na qual o mesmo afirmava a intervenção do governo estadual nas obras de embelezamento da praça Fausto Cardoso. A construção do Mercado Municipal, o governo do estado financiou todos os materiais da obra, contanto apenas com a mão de obra necessária administrada pelo governo municipal é um outro exemplo da preocupação de Graccho Cardoso com as administrações locais.

E em 1926 um grande passo foi dado no se diz respeito a saúde pública do Estado. Graccho Cardoso firmou um acordo com a União para a execução do serviço de saneamento rural em todo estado. Os serviços eram executados tanto na capital como no interior e abrangiam as áreas de assistência médica cirúrgica de urgência, que atendia a gratuitamente as pessoas mais pobres, Seção de Endemias e Epidemias, que combatia as endemias rurais e doenças infectocontagiosas, assim como postos de higiene na capital e no interior, que eram encarregados da higiene das habitações locais e logradouros públicos. Fruto desse acordo, foi criado também a Dispensaria Maternal de Higiene Infantil, que atendia aos serviços de proteção à infância desde o período pré-natal, a Farmácia Pública do Estado que fornecia medicamentos necessários, gratuitamente para a população, a Dispensaria de Lepra e Doenças Venéreas, para o tratamento gratuito das doenças, a Seção de Fiscalização de Gêneros Alimentícios, para o controle higiênico do

¹⁰ SERGIPE. Mensagem [...] 1925, p. 92

¹¹ Decreto N° 904, de 1 de agosto de 1925 que institui a Inspetoria de terras, matas e estradas de Sergipe.

¹² SERGIPE. Mensagem [...] 1925, p 101

comércio de gêneros e pôr fim a Seção de Propaganda e Educação Sanitária, criada para incrementar a educação sanitária nas escolas e estabelecimentos públicos.

Os trabalhos preventivos, de diagnósticos e curas foram desenvolvidos na capital pelo Instituto Parreiras Horta. Porém, a queda nas receitas públicas, ocorrida em meados dos anos de 1925, levou o governo extinguir o programa que possuía junto com o Departamento Nacional de Saúde Pública. Em consequência, a administração pública restabeleceu os serviços da antiga repartição de higiene, agora com nova regulamentação, voltada para a fiscalização de alimentos e de profissões ligadas à medicina, profilaxia de doenças contagiosas, higiene domiciliar e polícia sanitária das habitações coletivas e particulares.

A preocupação com a higiene na primeira república vai além das questões de bem-estar da população. Ao abordar o surgimento da “ideologia de higiene” por parte de muitos governantes no início do século XX, o historiador Sidney Chalhoub afirma que:

A cidade demanda uma intervenção da ordem e disciplina das condições de vida e do próprio trabalho por meio da higiene pública. Utiliza-se dos discursos do progresso como uma utopia para que se possa disciplinar os espaços e corpos. Também a pobreza é associada às doenças causadas pela falta de higiene em moradias insalubres e aos odores exalados pelos ambientes propícios a propagações e manifestações perigosas de todo tipo, inclusive doenças contagiosas. (CHALHOUB, 2006, p. 29).

O governo de Graccho Cardoso, mesmo amparado pelo seu ideário progressista, enfrentou inúmeros problemas com a infraestrutura precária em Sergipe nas primeiras décadas do século XX. Sua reestruturação da região central de Aracaju, por exemplo, provocou inúmeras desapropriações levando a migração da população mais carente para as regiões mais afastadas do “progresso” do centro da cidade, sem nenhum apoio por parte do governo.

2.2- AS TRANSFORMAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA

Na Segurança pública, também a partir de 1923 houve a modernização dos regulamentos ligados a área. A Inspetoria de Segurança Pública, a Polícia Marítima e a Guarda civil, tiveram suas estruturas administrativas ampliadas e modernizadas.

A preocupação com os espaços de reclusão na capital também foi manifestada nas referidas mensagens:

Longe do governo ser insensível á sorte da população penal da velha e infecta cadeia pública de Aracajú, e tendo em conta as ideias expressas na plataforma presidencial de 24 de outubro de 1922 no que concerne a uma mais inteligente aplicação do regimento penitenciário estatuído pelo Código Penal da República, desde Maio último ordenou as providências preliminares para construção em local conveniente, de um edifício em tudo harmônico com o conceito moderno da repressão.

A construção da Penitenciária Modelo foi feita sob rígidas exigências de estrutura arquitetônica e de segurança. As falas do então presidente do estado nas mensagens à Assembleia Legislativa de Sergipe, apontavam a necessidade de uma construção que atendesse aos critérios mais modernos em higiene física, moral, segurança para detentos e funcionários, e ainda disseminação de educação e instrução para os detentos. Isso representava um marco da atuação administrativa perante aos presos em Sergipe e também materializa o ideário progressista de Graccho Cardoso. A obra teve início em 5 de outubro de 1923, sob a responsabilidade do engenheiro Dr. Arthur Araújo, e seguia a um padrão arquitetônico italiano. O Frontispício era formado por duas torres, com seteiras e componentes de decoração mourisco. Janelas e portas em arco pleno, toda elaborada em cimento armado, cercado de altos muros, tudo obedecendo aos critérios dispostos. Sob o orçamento de 1.177:251\$500¹⁵, a Penitenciária Modelo foi inaugurada no dia 12 de outubro de 1926, já no final do mandato de Graccho Cardoso.

Uma outra questão apresentada nas mensagens a Assembleia Legislativa de Sergipe, era a urgente necessidade da criação de uma seção dos bombeiros em Aracaju. O então governador afirmava que o estado estava totalmente desprovido de matérias e recursos estruturas capazes de combater os mais ínfimos incêndios. Era evidente a preocupação do governante com a situação “modernizadora” dos aparelhos de estado. Um outro exemplo disso é em 1925, quando Graccho Cardoso anunciava a criação junto ao Patronato Agrícola São Maurício do Conselho de Assistência privada. Criado a partir do Decreto N° 899 6 de maio de 1925¹⁶, o Conselho tinha como objetivo principal dá amparo e assistência aos menores abandonados do estado, prestando-lhes assistência e ensinando-lhes um ofício profissional. O governo sabia a importância da intervenção do estado em causas sociais isso porque a modernidade só viria com a devida estruturação de toda infraestrutura pública. Em sua mensagem em 1925, Graccho Cardoso afirmava:

¹³ SERGIPE. Mensagem [...] 1923, p. 18

¹⁴ SERGIPE. Mensagem [...] 1926, p. 107

¹⁵ Decreto N° 899, de 6 de maio de 1925 que institui o Conselho de Assistência Privada do Estado.

Taes reas e tão animadores são as bases em que se vae alicerçando os estabelecimentos públicos deste Estado, que não temo de externar uma grata e jubilosa confiança no triumpho completo dos importantíssimos miesteres que lhe cabe atender, e do curto prazo em que attingirá o pagogeu de sua efficiencia pratica, contribuindo como um dos factores funcamentais para o engrandecimento de Sergipe.

Em 14 de novembro de 1924, Graccho Cardoso assina a Lei N° 893¹⁷, que trazia uma nova organização para o Batalhão Policial do Estado. Pôr efeito desta lei, a força pública de Sergipe passou a constituir-se de 1 batalhão policial de 3 companhias. A lei trazia também a obrigatoriedade da instrução de toda a tropa policial, assistência médica e dentária necessária e a implantação de oficinas de artesanato nos batalhões, para a manutenção das fardas e utensílios de madeira. A partir disso, de fato houve uma reformulação da força policial estadual.

De fato, o governador possuía laços afetuosos com a justiça sergipana, mesmo antes do movimento armado de 13 de julho de 1924. Com a reforma da Constituição Estadual, em 24 de outubro de 1923, houve a incorporação dos Juízos Privativos dos menores, que até então não estava presente no Código de Organização Judiciária do Estado. Em 31 de outubro de 1923, o presidente definiu as atribuições e competências dos membros do Poder Judiciário, inclusive do Juiz privativo dos menores que, “em sua alta missão social, julgará como um bom pai, guiado pelo código da verdade e da justiça, tendo sempre em vista o interesse do menor, e por ele velará até atingir a maioridade”¹⁸

A reformulação do Código de Organização Judiciária do Estado, sancionada no dia 19 de dezembro de 1924, a qual tratava das investiduras do Poder Judiciário também foi um feito para a justiça sergipana. Isso porque a reformulação do código trazia a obrigatoriedade da ocupação dos cargos por bacharéis ou doutores em direito, que deveriam ter, pelo menos, seis anos de prática forense no Estado. Em seu discurso, no ato de assinatura da lei¹⁹, Graccho Cardoso demonstra seu entusiasmo com a modernização do Poder Judiciário do Estado, ressaltando a importância do mesmo para a manutenção da ordem pública.

¹⁵ Lei N° 893 de 14 de novembro de 1924 que institui a reestruturação do Batalhão de Polícia de Sergipe.

¹⁶ SERGIPE. Mensagem [...] 1925, p. 29

¹⁷ SERGIPE. Mensagem [...] 1923, p. 69

¹⁸ SERGIPE. Mensagem [...] 1924, p. 93

Em sua mensagem, o presidente do estado se preocupava com a situação das fronteiras. O movimento do cangaço²⁰ que agia entre as fronteiras do estado com seus saques e violência, amedrontavam a população. Partindo disso, em 12 de janeiro de 1926, Graccho Cardoso fez acordo com o governador da Bahia, um convênio policial com objetivo de melhorar a segurança entre as fronteiras dos dois estados, assim como criar um ambiente de colaboração entre as duas polícias, no combate à criminalidade. Esse acordo permitia as forças militares dos dois estados, adentrar no território vizinho nas perseguições e ainda contar com o apoio do efetivo policial do outro estado.

Em sua última Mensagem à Assembleia Legislativa, entregue em 7 de setembro de 1926, o discurso de Graccho Cardoso já não aponta o mesmo entusiasmo do início de seu governo. A frustração pelas inúmeras dificuldades encontradas para manter a ordem no estado, principalmente causadas pelos movimentos de rebeldia militar, muito abalaram o governante. Em sua mensagem ele falava:

Não resta dúvida terem sido efêmeros os sucessos da desordem em Sergipe, mas ainda assim o bastante para perturbarem profundamente a ação do governo, desviando-se da rota do trabalho renovador a que obstinadamente se entregava, forçando a contrair despesas extraordinárias no combate a tais.

2.3- AS TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA

Aracaju nos anos 20, vivia o auge da economia algodoeira. Em vários pontos do Estado famílias de agricultores tinham no algodão o “ouro branco” redentor, capaz de mudar a vida das pessoas. O Algodão tornou-se a segunda fonte econômica mais importante de Sergipe, atrás apenas do açúcar, e as altas do preço desse produto, assim como do arroz, sal, milho, coco e o couro, foram fundamentais para a manutenção dos interesses administrativos do governo de Graccho Cardoso. Em mensagem, no ano de 1925, o governador relatou:

¹⁹ Apesar de seu apogeu ser mais facilmente identificável no início do século 20, com o caso do célebre Lampião, o cangaço é um movimento bem mais amplo, e suas origens remontam ao século 19, embora o termo já existisse no século 18. Com características do que o historiador Eric Hobsbawm definiu como banditismo social, foi o resultado de diversos elementos que gravitam entre dois pilares centrais de nossa história: o coronelismo latifundiário e escravista, combinado a violência, costumeira em boa parte dos sertões brasileiros (1975).

²⁰ SERGIPE. Mensagem [...] 1926, p. 2)

O sal, os couros, os oleaginosos e o algodão preocupam desde o início da administração, por sua vez, o meu espírito, pois poderão constituir fontes econômicas de mais alta importância para o Estado, particularmente as últimas, que vêm sobressaindo na exportação do Brasil, em quantidade e em valor, a ponto de chamar a atenção do estrangeiro.

O governo tinha uma preocupação com o aperfeiçoamento da produção agrícola do estado já que era de conhecimento do mesmo, que Sergipe deixava de auferir uma grande renda proveniente dos produtos agrícolas, por falta de técnicas e cuidados. A agricultura era vista pelo governo como a fonte para o desenvolvimento do Brasil, desde que os métodos científicos, a pequena propriedade, um sistema de créditos para os agricultores e um ensino agrícola de qualidade, fossem adotados.

A partir dessa necessidade, foi criado o Instituto de Química de Sergipe. Lançado pelo decreto nº 825 de 27 de junho de 1923²¹, o Instituto de Química destinava-se a influir na prática industrial e no cultivo experimental de química. Foi criado também o Departamento Estadual do Algodão com o objetivo de aperfeiçoar as técnicas dos agricultores locais no cultivo do algodão. O norte americano Dr. Thomas R. Day²², veio até Aracaju contratado pelo governo para atuar na orientação dos produtores locais. Graccho Cardoso sabia da importância da organização da produção local de algodão para a economia sergipana. A partir dessa preocupação do governo com a estruturação agrícola local, Sergipe presenciou um aumento considerável das fábricas de tecidos, e para Luiz Antônio Barreto²³ “essa produção de algodão estimulou a formação de uma classe média interiorana, bem diversa da riqueza dos senhores do açúcar e dos problemas sociais da monocultura da cana” (BARRETO, 2002, p. 48).

Outras obras de natureza econômica também foram destaque no governo de Graccho Cardoso. Em 1925 criou o Banco Estadual de Sergipe, com o auxílio de capitais estrangeiros, que tinha sua atuação especialmente voltada ao financiamento da produção agrícola do Estado. Procurou disseminar a racionalização da produção do Estado, criando o Centro Agrícola Epitacio Pessoa, e estabeleceu uma estação experimental do arroz na zona do São Francisco. Todo o esforço do governo para

²¹ SERGIPE. Mensagem [...] 1925, p. 34

²² Decreto Nº 825 de 27 de junho de 1923 que cria o Instituto de Química do Estado de Sergipe.

²³ Dr. Thomas R. Day, norte americano do Texas, que produziu vários Relatórios de diagnóstico e de orientação, formando entre os produtores uma consciência atualizada.

²⁴ Ibid., 2002, p. 59

alavancar a economia sergipana na década de 20 se deparou com um problema: a falta de mão de obra no estado. Em mensagem, Graccho Cardoso relata:

Desse modo, a indústria, o commercio, a agricultura em Sergipe, desfructam actualmente um período de confiança e prosperidade. A riqueza geral se desenvolve como um attributo desse movimento de alta, inspirando uma confiança que sempre a baixa faz desaparecer. E tanto mais promissora é a situação geral do Estado, quanto vemos que esse movimento ascensional de custo de vida, corre paralelo á falta de braços e não a falta de trabalho.

A ausência de mão de obra em Sergipe representava um problema para a economia no início do século XX. O debate político sobre a imigração tornou-se intenso entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX e inclui um conjunto de medidas que visavam, em especial, alavancar a economia do Estado. Essas iniciativas parecem estar de acordo com um conjunto de outras medidas dedicadas à modernização do Estado e visava reverter o quadro de retração econômica via melhoria das instalações dos engenhos de açúcar e dos transportes. Josué Modesto dos Passos Subrinho²⁴ ao estudar esse processo de modernização econômica do Estado, afirma que:

Portanto, o processo pode ser visto como modernização, na medida em que as relações escravistas de produção são substituídas por outras baseadas no trabalho livre e, simultaneamente, novas técnicas produtivas são introduzidas, particularmente na planta industrial dos engenhos e no sistema de transportes, com a construção de ferrovias. Essa modernização não seria acompanhada de mudanças, visto que o predomínio político e econômico da camada de grandes proprietários fundiários, especialmente os senhores de engenho, seria assegurado, em última análise, pela inalterada estrutura fundiária. Assim sendo o ônus da crise da modernização e o virtual declínio da lucratividade na agro-indústria açucareira seriam transferidos para os trabalhadores livres que substituíram os escravos. (SUBRINHO, 2000, p. 196).

Reconhecendo os problemas da economia de Sergipe, Graccho Cardoso afirmava em sua mensagem²⁵ a necessidade da vinda de mão de obra estrangeira para o Estado. Partindo disso, foi iniciado um núcleo de colonização alemã composto por 21 famílias, num total de 83 pessoas, as quais o governador relatou possuir bons costumes higiênicos e de trabalho, e que o exemplo de Sergipe servisse de exemplo para outros estados da nação. O ideário progressista do governo é evidente em seus relatos de ordem econômica. Ao identificar os maiores problemas da economia do estado, propôs uma atenção maior a dois deles: a conservação dos recursos naturais e a colonização dos

²⁵ SERGIPE, Mensagem [...] 1925, p. 57

campos. Propôs ainda um ambiente de contribuição junto aos demais estados para a conservação da natureza, discurso esse ainda muito raro nas temáticas administrativas em todo o Brasil na época. Materializa-se o que foi dito:

A formação de florestas artificiaes, a regulamentação do uso da lenha como combustível, o refreamento do abuso do fogo na formação das lavouras annuaes, são assumptos de interesse vital para o futuro econômico e correcto do Estado. O estímulo á pequena lavoura, o retalhamento das terras devolutas em pequenas propriedades agrícolas, a polycultura, em synthese, deve se o objetivo dos governos no animo de povoar os nossos campos.

A contabilidade do fluxo de caixa e das despesas do estado, apontou um crescimento considerável da receita em seu último ano de mandato. Isso se deu por conta da estruturação na cobrança de impostos, os investimentos com a exportação do estado e o enxugamento da máquina pública. Pequenos feitos, observados em suas mensagens, nos relevam uma grande preocupação com as finanças públicas. Como por exemplo, a implantação de uma oficina de carpintaria e alfaiataria no batalhão de polícia, de modo que os soldados estivessem qualificados para a manutenção do fardamento e do mobiliário do quartel, o enxugamento no quadro dos servidores públicos, a manutenção constante nos sistemas hidráulicos dos prédios públicos, evitando desperdício de água e etc. A gestão voltada para o combate ao desperdício e o crescimento econômico do estado, gerou recursos orçamentários que possibilitaram financiar as principais despesas com saneamento básico, conservação de obras públicas e construções de estradas na capital e no interior.

Além de tais feitos, muito pouco antes do fim do seu mandato, Graccho Cardoso financiou pesquisas em terrenos do estado, a fim de traçar um estudo sobre a existência de petróleo na região. O professor Luiz Cláudio Sobreira Correia foi o responsável pelas pesquisas que apontaram a presença de gás e óleo em alguns territórios. Com o fim do mandato de Graccho Cardoso, tais pesquisas não foram para frente logo de imediato. Somente nos anos 60 é que se deu o início das explorações.

3- A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO GOVERNO GRACCHO CARDOSO

No Brasil, a educação virou assunto recorrente nos discursos de boa parte dos governantes nas primeiras décadas do século 20. Ocorreram diversas reformas descentralizadas, em nível estadual, implementadas por educadores renomados, como, por exemplo Sampaio Dória no Estado de São Paulo (1920); Lourenço Filho, no Estado

do Ceará (1922- 1923); Anísio Teixeira, no Estado da Bahia (1924); Bezerra de Menezes, no Estado do Rio Grande do Sul (1925-1928); Carneiro Leão, no antigo Distrito Federal (1922- 26) e no Estado de Pernambuco (1928). Todas essas propostas traziam novos ares sobre a modernização educacional do Brasil.

Na década de 20, a instrução pública se torna uma necessidade para o desenvolvimento e modernidade em Sergipe. A educação nesse momento passa a exercer um papel importante na pauta da administração pública, os problemas encontrados no estado eram inúmeros e se fazia necessário um movimento educacional reformista. Em seu primeiro ano de mandato, Graccho Cardoso se deparou com um cenário educacional formado por 254 escolas isoladas, 5 grupos escolares, 1 escola complementar e 7 escolas noturnas. Encontravam-se matriculados 10.032²⁶ alunos, dos quais 79,14% frequentavam as aulas normalmente (NUNES, 2008, p. 247). Considerando a importância de um ensino digno de qualidade, os investimentos com a educação eram prioridade em sua administração, destacando a responsabilidade do Estado na oferta do ensino gratuito como instrumento indispensável na construção de uma sociedade.

Em Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe²⁷, o governador Graccho Cardoso faz um breve histórico dos grupos escolares em Sergipe. Relata que em 1911 foi inaugurado na capital, o primeiro grupo escolar de iniciativa oficial. Em seguida o Grupo Escolar General Siqueira em 1914, o Grupo Escolar Barão de Maruim em 1917 e os Grupos General Valladão e Coelho e Campos em 1918 na cidade de Capela. A preocupação do governador em suas mensagens era o isolamento desses grupos escolares pelo estado. Graccho Cardoso chamava a atenção para a criação desses grupos antes mesmo do seu mandato, e traz para si a responsabilidade de reestruturá-los. Em uma análise do processo de implantação dos grupos escolares em Sergipe, fica notável, aspectos de um movimento modernizador durante a administração de Graccho Cardoso (1922-1926). Os sergipanos assistiram à expansão dos grupos escolares nos anos de 1923 a 1925 e a uma diminuição na construção de novos grupos até o final da Primeira República. Na investigação de outros indícios acerca da referida expansão, deu-se o contato com iniciativas educacionais propostas para outros níveis de escolarização e a instauração de uma reforma da instrução pública em 1924.

²⁶ SERGIPE, Mensagem [...] 1923, p. 18

²⁷ SERGIPE, Mensagem [...] 1923, p. 12

O decreto nº 887 de 11 de março de 1924²⁸, trazia para Sergipe o mais recente projeto de reforma educacional. Crislane Barbosa Azevedo²⁹ ao estudar a Reforma de 1924, afirma que:

Uma pesquisa acerca de tal reforma mostra-se relevante para se perceber o alcance das iniciativas da administração pública e o cumprimento da sua responsabilidade em relação ao ensino escolar público. Mostra-se relevante também pelo fato de as reformas educacionais serem representantes não apenas de um plano pedagógico, mas também de uma visão política e de sociedade, que, em última análise, define os traços mais característicos do período histórico de que são exemplos. (AZEVEDO, 2015, p. 15)

Essa reforma implantada pelo Governo Graccho Cardoso trouxe uma evidente renovação dos processos didáticos, assim como no que se refere a inspeção e fiscalização das escolas. A fim de corresponder a racionalidade almejada por seu governo, Graccho Cardoso mandou construir edifícios que servissem a novos grupos escolares, na capital e no interior do estado. Em 1924, mais seis grupos escolares foram abertos pela administração de Graccho Cardoso: na capital os grupos Dr Manoel Luiz e José Augusto Ferraz, na cidade de Simão Dias o Grupo Escolar Fausto Cardoso, em Propriá o Grupo Coronel João Fernandes, em Santo Amaro a administração colocou em prática ações para melhorar a distribuição dos grupos reunindo-os em uma só administração, o Centro Esperidião Monteiro. E em Boquim o Grupo Severiano Cardoso.

Pretendendo melhorar o mobiliário das escolas, ordenou uma fiscalização por parte do Conselho do Ensino, aos vários tipos de cadeiras escolares a fim de padronizá-las e adaptá-las perante suas especificidades. Rejuvenesceu o quadro dos professores primários, partindo do princípio de justiça e respeito às prerrogativas de cada um, concedendo-lhes aposentadoria com as vantagens do cargo e substituindo-os por aqueles mais recentes no magistério.

A fim de alcançar uma melhor eficiência nos trabalhos do Conselho Superior do Ensino em Sergipe, Graccho Cardoso criou cinco delegacias regionais de ensino ainda em 1924. O governo acreditava que a inspeção escolar era uma peça chave para a

²⁸ Decretos N°887, de 11 de março de 1924 trata sobre a reforma escolar sergipana.

²⁹ Tese de Doutorado em Educação, ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sobre os documentos referentes à gestão de Graccho Cardoso (1922-1924) em Sergipe, onde a autora analisa a dinâmica da administração em diversos setores – economia, obras públicas, saneamento, segurança, saúde, educação, entre outros,

manutenção do seu ideário educacional reformista. O programa implantado pelo Decreto nº. 783, de 24 de fevereiro de 1923³⁰ que consistia na desocupação dos edifícios onde funcionavam as delegacias, nos municípios de Itabaiana, Laranjeiras, Estância, Capela, Villa Nova³¹, Santo Amaro das Brotas, Lagarto e São Cristóvão, para ocupá-los com escolas. As transformações desejadas pelo Presidente Graccho Cardoso, para a educação em Sergipe não se limitavam às novas edificações ou às reformas dos Grupos Escolares. Pretendia o Chefe do Executivo Estadual edificar um modelo educacional capaz de atender às necessidades da sociedade sergipana, e assegurar que um sistema duradouro fosse enfim elaborado e instituído.

Nos grupos escolares do interior o governo providenciava também a troca e as devidas manutenções do mobiliário escolar. O Governo exigia que esses serviços fossem feitos preferencialmente nas localidades as quais se encontravam os grupos e com isso, é notável a preocupação do Governo com a população do interior, a qual, em quase sua totalidade, sobrevivia apenas da agricultura e do comércio. Em mensagem à Assembleia Legislativa em 1925, é evidente a preocupação de Graccho Cardoso com a manutenção das Caixas Escolares do estado. Para o esclarecimento do termo “Caixas Escolares”, Menezes (2001)³² as definiu como:

Instituições jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como função básica administrar os recursos financeiros da escola, oriundos da União, estados e municípios, e aqueles arrecadados pelas unidades escolares. Ou seja, são unidades financeiras executoras, na expressão genérica definida pelo Ministério da Educação. Os recursos recolhidos por ela destinam-se à aquisição de bens e serviços necessários à melhoria das condições de funcionamento da escola, incluídos no seu plano de desenvolvimento. (MENEZES, 2001, p. 12)

Em mensagem no ano de 1925, Graccho Cardoso demonstra preocupação com a manutenção das Caixas Escolares do Estado. O governador explicava que logo após a criação dessas instituições, o desenvolvimento das mesmas era evidente. No entanto, com o passar do tempo, apresentavam um declínio considerável. Isso se dava, segundo o presidente do estado, pelo fato de que uma grande parte dos sócios deixavam de fazer o pagamento das mensalidades. Nesse sentido, é ressaltada a importância de um auxílio

³⁰ Decreto Nº 783 de 24 de fevereiro de 1923 que institui a remanejamento dos prédios públicos para a educação.

³¹ O Decreto Nº 272, da Interventoria Federal no Estado, de 30 de abril de 1940 muda a denominação da cidade para Neópolis.

do governo, com o uso da Receita do Fundo Escolar, aos alunos mais pobres. A preocupação com a instrução pública para a população mais pobre é evidente no governo de Graccho Cardoso.

Em 1925, sua mensagem foi clara ao afirmar que o governo não compactuava com as práticas ocorridas em algumas escolas da capital e do interior, onde alunos menos favorecidos economicamente haviam sofrido preconceito por parte de alguns alunos e seus respectivos pais. Pediu medidas enérgicas por parte dos professores e dos diretores para sanar tal feito. Um outro exemplo da sua preocupação com as classes menos favorecidas, foi seu relato sobre a urgência da implantação da inspeção médica nas escolas do interior do estado, que naquele momento se encontravam menos desenvolvidas que as da capital. É evidente o viés progressista de suas ações, e o compromisso com a reforma das estruturas do Estado, que por muitas vezes alinhava-se apenas com os detentores de poder.

Em 1925 foram registradas 11.041³² matrículas em Sergipe. Em mensagem, Graccho Cardoso afirmava que o estudo no estado de Sergipe, tinha como competência a formação moral e trabalhadora dos indivíduos. Dessa forma, nas escolas eram ministrados conteúdos pertencentes a história geral, reduzido à narração dos fatos que pudessem possibilitar o aperfeiçoamento ético dos alunos, a literatura como complemento ao ensino da língua nacional, as noções de física, química e história natural, estudos práticos dos fenômenos relativos a estas ciências, elementos de álgebra e geometria, aplicadas a resolução de problemas simples do cotidiano e a avaliação das áreas e volumes de emprego frequente, e o estudo prática da agricultura e trabalhos manuais.

A formação profissional também era uma preocupação recorrente nos discursos de Graccho Cardoso. Em 1925, sua mensagem trazia a importância do aperfeiçoamento do ensino profissional em Sergipe e a partir disso, visando a melhoria da instrução pública e atendendo ao decreto N° 867 de 11 de março de 1924, o governador ampliou o ensino profissional em Sergipe. No de ano de 1925, suas mensagens relatavam a criação de diversos cursos profissionais, como por exemplo os cursos de instrução comercial, de funilaria e caldeiraria em cobre, de forja e cutelaria, de serralheria mecânica e artística, de fundição em ferro e metais, de montadores eletricitas, de mecânica prática,

³² SERGIPE, Mensagem [...] 1925, 110

marcenaria e trabalho com madeira, entre outros. Esses cursos se espalhavam por todo estado e tinham como objetivo a formação ética e profissional do indivíduo.

O Instituto de Química de Sergipe, lançado pelo decreto nº 825 de 27 de junho de 1923³⁴, é um outro exemplo da preocupação do governo com o ensino profissionalizante em Sergipe e sua ligação direta com a economia do Estado. O instituto oferecia 3 anos de estudos nas áreas de física experimental, história natural (noções de biologia, geologia e mineralogia), química geral e inorgânica, química analítica, quantitativa e qualitativa, química orgânica, bioquímica e química industrial. Todas essas áreas eram oferecidas juntas a aulas de português, francês ou inglês, geografia, álgebra, noções de geometria, desenho geométrico, história do Brasil e noções de história universal. Em sua mensagem à Assembleia Legislativa de 1925, Graccho Cardoso relata a importância do instituto para o desenvolvimento do Estado:

Desde que o Instituto conte com a boa vontade dos agricultores e industriaes do Estado, é projecto do governo fazer funcionar sob a sua a direção, estudos especiaes sobre o álcool industrial, o do aproveitamento do tannino do mangue, o da fibra do coco dos sub-productos do algodão, o da farinha de trigo e de mandioca, o do desenvolvimento de fabrico de doces, o da produção de laticínios, etc.

O Instituto de Química foi erguido sob a supervisão do construtor civil Hugo Bozzi³⁵ e contava com abastecimento de água vindo dos mananciais da Cabrita, em São Cristóvão. Seu armazenamento tinha capacidade de 3.100 litros, divididos em 3 caixas: uma externa e duas internas. O abastecimento de gás era feito pelo gasogênio alimentado a lenha provenientes do Instituto Profissional Coelho e Campos. Contava com 2 salas no pavimento inferior do prédio, laboratórios, vestiário para os estudantes, almoxarifado, sala para secretaria, biblioteca e uma sala para conferências. As mesas eram pintadas com uma tinta especial que preservava contra a ação de agentes corrosivos. As paredes dos laboratórios eram revestidas de cimento branco, bem como os corredores, de modo que facilmente fossem lavadas. Era clara a preocupação do governo com as estruturas físicas e higiênicas dos estabelecimentos de ensino. Crislane Barbosa de Azevedo afirma que:

³³ SERGIPE. Mensagem [...] 1926, p. 34

³⁴ Decreto Nº 825 de 27 de junho de 1923 que cria o Instituto de Química de Sergipe.

³⁵ Imigrantes italiano que também construiu o prédio da procuradoria do Estado, a primeira construção de concreto armado em Sergipe.

A preocupação com a higiene escolar integrou-se ao projeto de ensino do qual os grupos foram o centro. Adotaram-se medidas higienistas em larga escala, influenciando tanto na estrutura física dos prédios e na organização do mobiliário quanto nas próprias práticas escolares, a exemplo da leitura silenciosa e da escrita vertical, adaptadas à racionalização e à velocidade que a sociedade do período exigia. (AZEVEDO, 2015, p. 136)

O Instituto de Química de Sergipe foi inaugurado em 30 de novembro de 1924, e logo em seu primeiro dia de funcionamento contou com 9 alunos. A estrutura organizacional do Instituto obedecia aos mais avançados critérios administrativos, mas infelizmente o estabelecimento funcionou por pouco tempo dentro do modelo que fora instalado. O curso de nível técnico superior de Química ministrado pela Escola de Química funcionou apenas durante o ano de 1925, pois na segunda chamada pública para o exame de admissão não comparecera nenhum candidato.

De 1922 a 1926, os investimentos na instrução pública foram na ordem de 3.132:358\$756³⁶. O demonstrativo das receitas e despesas públicas do período de 1922 a 1926, mostram um total de 4.220:508\$427 investidos na Biblioteca Pública, Diretoria de Higiene, Patronato, São Maurício, Instituto Coelho e Campos, Instituto de Química, aquisição de livros e de material escolar para a população mais carente e aquisição e reforma de mobiliário escolar. Com isso percebemos que durante o quadriênio Graccho Cardoso, de uma despesa geral de 35.944:668\$706³⁷, foram gastos com instrução pública aproximadamente 11,74%. Esse percentual apresentado, no entanto, não deve ser considerado de modo exato, uma vez que não foram contabilizados os gastos com a construção e reformas de prédios escolares. Sabemos, contudo, da construção de grupos escolares, escolas reunidas e instituições de ensino profissionalizante assim como da compra de casas para escolas isoladas. Tal fato obriga-nos a ter em mente um percentual maior de utilização do orçamento público para os serviços de instrução.

4- CONCLUSÃO

De 1922 a 1926, Sergipe passou por expressivas mudanças nos campos da economia, infraestrutura, segurança pública, saúde e educação. Mesmo representando um partido conservador, Graccho Cardoso defendeu mudanças e reformas que se tornaram alvo de críticas por seus adversários políticos, algo que não abalou o seu

³⁵ SERGIPE. Mensagem [...], 1926, p.100-101

³⁶ SERGIPE. Mensagem [...], 1926, p.101

projeto político-administrativo progressista. Além de experiência e habilidade, o governante contou com um período de prosperidade econômica em Sergipe. Vários prédios foram construídos, modernizando a estrutura física do Estado, como o da Associação Comercial de Sergipe, o da antiga Intendência, hoje Prefeitura Municipal, o da Penitenciária Modelo, o do Instituto Parreiras Horta, o do Instituto e Liceu Profissional Coelho e Campos, o do Instituto de Química, e muitos outros, como os já citados Grupos Escolares, na capital e no interior, o Ateneu Sergipense, ainda como Pedro II, e o Matadouro Modelo.

O legado da sua administração demonstrava profundidade e amplitude. Obras de base para a modernização e o desenvolvimento do estado atingiam vários setores da sociedade com o mérito, segundo o administrador, de não ter, para tanto, contraído empréstimo ou aumentado impostos. Tais mudanças, por atuarem como promotoras de mudanças econômicas, políticas e sociais, nos revelam um governo marcado por um ideário modernizador, garantindo a Graccho Cardoso um lugar no pensamento educacional, econômico e sergipano.

REFERÊNCIAS

1-Fontes

Instituto.....

Decreto N° 783, de 24 de fevereiro de 1923.

Decreto N° 818, de 4 de junho de 1923.

Decreto N° 825, de 27 de junho de 1923.

Decreto N° 867, de 11 de março de 1924.

Decreto N° 887, de 14 de setembro de 1924

Decreto N° 899, de 6 de maio de 1925.

Decreto N° 914, de 1 de agosto de 1925.

SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de Setembro de 1923, ao instalar-se a 1ª Sessão Ordinária da 15ª legislatura, pelo Dr. Mauricio Graccho Cardoso, [...]. Aracaju: Typ. de Instituto Profissional Coelho e Campos, 1923.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa**, em 7 de Setembro de 1924, ao instalar-se a 2ª Sessão Ordinária da 15ª legislatura, pelo Dr. Mauricio Graccho Cardoso, [...]. Aracaju: Typ. de Instituto Profissional Coelho e Campos, 1924.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa**, em 7 de Setembro de 1925, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinária da 15ª legislatura, pelo Dr. Mauricio Graccho Cardoso, [...]. Aracaju: Typ. de Instituto Profissional Coelho e Campos, 1925.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa**, em 7 de Setembro de 1926, ao instalar-se a 1ª Sessão Ordinária da 16ª legislatura, pelo Dr. Mauricio Graccho Cardoso, [...]. Aracaju: Typ. de Instituto Profissional Coelho e Campos, 1926.

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/15/GracchoCardoso_01.jpg. Acesso em 6 de junho de 2018.

2- Bibliográficas

AZEVEDO, Crislane B. **Arquitetura e grupos escolares em Sergipe: uma relação entre espaço e educação na escola primária**. *Revista Outros Tempos*, v. 7, n. 10, p. 119-142, 2010.

AZEVEDO, Crislane B. **A modernidade no governo Graccho Cardoso (1922-1926) e a reforma educacional de 1924 em Sergipe**— 2. ed. — Natal, RN: EDUFRN, 2015.

BARRETO, Luiz Antônio. **Graccho Cardoso: Vida e Política**. Aracaju: Instituto Tancredo Neves, 2002.

BEZERRA, Felte. **Abdias Bezerra: traços psicológicos de um educador sergipano**. Aracaju: [s.n.], 1947.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Caixa Escolar. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/caixa-escolar/>>. Acesso em: 06 de jun. 2018.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. 1991. **Em nome do progresso e da liberdade: ordem e rebeldia no emergente processo urbano-industrial de Aracaju (1910-1930)**. Aracaju: UFS.

SUBRINHO, J. M. dos P. **Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro**. Sergipe: 1850 – 1930. Aracaju/SE: Funcaju, 2000.

HOBBS, Eric. **Bandido**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.